

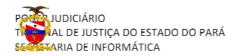
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

Renovação do Contrato 008/2021 (Contratação de serviços técnicos presenciais e não presenciais para desenvolvimento, manutenção e suporte a soluções de tecnologia da informação)









TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SETOR DEMANDANTE: Coordenadoria de Aplicações

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Cleber Rocha

MATRÍCULA: 10976-2 TELEFONE: 98151-8333

E-MAIL: cleber.rocha@yahoo.com

1. Justificativa da necessidade e motivação da contratação

Ao longo dos últimos 10 anos o TJPA vem delineando metas e estratégias que visam à melhoria do suporte e desenvolvimento de novas soluções de software, buscando a modernização, aperfeiçoamento e efetividade das práticas, procedimentos e tecnologias relacionadas ao suporte técnico e desenvolvimento de soluções de TI para sua atividade finalística.

A crescente judicialização das questões sociais, associada ao crescimento econômico da região e a constante evolução das soluções tecnológicas aumenta na mesma proporção a necessidade de digitalização dos servicos judiciários.

A terceirização no serviço público é prática usual e lícita, uma vez respeitado o entendimento legal de que se tenha como atuação tão somente a atividade-meio, ou seja, serviço complementar da Administração Pública, tais como, vigilância, limpeza, serviços de manutenção e de informática (no que tange à programação sob demanda), locação de equipamentos de uso sazonal, etc., permitindo, assim, a execução indireta de serviços e atividades no âmbito da Administração.

Pioneiramente, o Decreto Federal nº 2.271/1997, foi o primeiro instrumento normativo federal a autorizar a União a contratar funcionários terceirizados para as atividades-meio.

Essa norma foi superada pelo Decreto 9.507/2018 que atualizou o normativo federal para autorizar também as empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pela União a contratar de forma indireta – ainda que de forma temporária – serviços que demandem profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários. Registre-se que contratação serão autorizadas somente se enquadradas em uma das quatro hipóteses mencionadas no art. 4º do referido decreto.

O decreto 9507/2018 está em harmonia com a Reforma trabalhista promulgada em 13/07/2017, que, dentre outras providências, ampliou as possibilidades de terceirização para que houvesse a geração de novos empregos.

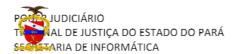
Portanto, existem instrumentos legais infraconstitucionais que autorizam a Administração Pública a deixar a cargo de terceiros o desenvolvimento de atividades instrumentais, localizadas na estrutura meio e não finalísticas, o que permite que a Administração execute as suas tarefas principais com maior grau de eficiência, sendo que as recentes reformas ampliaram o escopo dos serviços que podem ser terceirizados.

Nessa toada, demandas inadiáveis de atendimento, suporte e desenvolvimento de novas soluções aos usuários internos e externos, poderão ser atendidas por essa contratação, a exemplo do que ocorre em outras entidades da Administração Pública, em suas diferentes esferas e mais intensamente na iniciativa privada Dada a complexidade das tecnologias hoje disponíveis, em uma mesma atividade, diversas especialidades são necessárias, o que demanda diversos perfis profissionais com alterações rápidas de demandas. Este tipo de necessidade acaba por exigir maior dinamismo nas qualificações técnicas, às vezes por períodos curtos e definidos, o que, indubitavelmente, seria muito difícil de alcançar com pessoal efetivo. De tal modo, a contratação de empresa especializada para atender a esta crescente demanda por desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados, justifica-se não só como uma alternativa legalmente viável, mas como um instrumento relevante e necessário para execução de ações estratégicas.









2. Descrição sucinta da solução pretendida

Renovação do Contrato 008/2021 referente a Contratação de serviços técnicos presenciais e não presenciais para desenvolvimento, manutenção e suporte a soluções de tecnologia da informação, conforme previsto no item SECINF 020 do Plano de Contratações 2022 do TJPA.

 Alinhamento entre a demanda e o Plano de Anual de Contratação e o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e/ou Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do TJPA

De acordo com o Plano de Contratações 2022, item SECINF 020: Contratação de serviços técnicos presenciais e não presenciais para desenvolvimento, manutenção e suporte a soluções de tecnologia da informação na modalidade fábrica de software (Continuidade do Contrato nº 008/2021); Programa: 1417 - Atuação Jurisdicional (Objetivo 3: Aperfeiçoar a Gestão de Infraestrutura Física e Tecnológica); Ação: 8651/8652/8653 - Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário (1º Grau / 2º Grau / Apoio), Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC

E de acordo com o Plano de Gestão da Presidência do TJPA, itens:

- a) Macrodesafio: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL
 - Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico
 - Iniciativa: Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias
- b) Macrodesafio: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS.
 - Iniciativa: Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos.
- c) Macrodesafio: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES.
- Iniciativa Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes
- d) Macrodesafio: IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
 - Iniciativa: Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução
 - Iniciativa: Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis
- e) Macrodesafio: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
 - Iniciativa: Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal.
- f) Macrodesafio: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
 - Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros
 - Iniciativa: Otimização da gestão da informação documental
 - Inciativa: Aprimoramento da comunicação interna e externa
- g) Macrodesafio: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC
 - Iniciativa: Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação

4. Demonstrativo de resultados a serem alcançados com a solução

- a) Possibilitar que as atividades de caráter permanente e estratégico possam ser executadas pelo quadro efetivo, de forma a não originar sobrestamento da atividade judicante por questões relativas a interrupção, ainda que momentânea, dos serviços de TI hoje prestados;
- b) Reduzir o tempo de restauração da operação normal dos serviços com o mínimo de impacto nos processos de negócios do TJPA, em conformidade aos acordos de nível de serviço estabelecidos;
- c) Elevação do indicador de satisfação dos clientes e usuários internos e externos de sistemas de informação do TJPA:
- d) Melhoria nos processos de Gerenciamento de Incidentes e Cumprimento de Requisição;
- e) Maior eficiência no controle, gestão e qualidade aos serviços prestados pelo TJPA;
- f) Melhorar a qualidade das soluções disponibilizadas pelo TJPA aos usuários;
- g) Diminuir gradativamente a indisponibilidade dos recursos e sistemas de TI, causados por falhas no







planejamento de suas mudanças e implantações;

- h) Melhorar a aderência às instruções normativas das entidades reguladoras e certificadoras;
- i) Prover informações, orientações e esclarecimentos de dúvidas sobre documentação técnica/normativa e também sobre utilização dos diversos sistemas de informação do TJPA;
- j) Desenvolvimento de soluções independentes cuja propriedade intelectual pertencerá ao TJPA;
- k) Garantir a integração das soluções atualmente existentes por meio de processos bem definidos;
- I) Padronizar o planejamento de escopo, prazos e custos;
- m) Agilidade na entrega de soluções tecnológicas.
- A previsão de data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços, observando os prazos estabelecidos no Plano de Contratações

Imediatamente após finalização do prazo da contratação original, que está previsto para 30/03/2021.

 Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação

Integrante Demandante Integrante Técnico

Nome: Diego Baptista Leitão Nome: Cleber Roberto Paes da Rocha

Matricula: 123030 Matricula: 10976-2 Telefone: 32897162 Telefone: 98151-8333

6.2. Equipe de apoio da contratação (quando se tratar de licitação)

Integrante Demandante Integrante Técnico
Nome: Nome:
Matrícula: Matrícula:

Matricula: Matricula
Telefone: Telefone: E-mail: E-mail:

6.3. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato Fiscal Demandante Fiscal Técnico

Name: Diego Bantista Leitão Name: Marilia Paulo Teles Name: Cleher Roberts

Nome: Diego Baptista Leitão Nome: Marília Paulo Teles Nome: Cleber Roberto Paes da Matrícula: 123030 Matrícula: 6026-7 Rocha

Telefone: 32897162 Telefone: 3289-7153 Matrícula: 10976-2
E-mail: diego.leitao@tjpa.jus.br E-mail: marilia.teles@tjpa.jus.br Telefone: 98151-8333

E-mail: cleber.rocha@tjpa.jus.br

Belém, 25 de novembro de 2022.

Cleber Roberto Paes da Rocha

Responsável pela Formalização da Demanda





